

TRANSEXUALIDADE E PSICANÁLISE: A DESPATOLOGIZAÇÃO DAS QUESTÕES TRANS-IDENTITÁRIAS SOB O OLHAR PSICANALÍTICO

Lays Amanda de Almeida Ferreira¹

Email: laysalmeidaf@gmail.com

Guilherme Almeida de Lima ²

Email: prof_guilherme@camporeal.edu.br

RESUMO

Este estudo propõe uma análise teórica abrangente sobre a transexualidade articulada à psicanálise, visando explorar conceitos da teoria psicanalítica que permitam uma compreensão mais ampla desse fenômeno, questionando sobretudo as perspectivas patológicas. No decorrer do estudo serão apresentadas as definições clássicas e as atuais perspectivas acerca da temática. O presente estudo parte de uma crítica às abordagens clínicas e teóricas que colocam a transexualidade no domínio da patologia, sustentada por concepções do campo da saúde mental, sobretudo da psicanálise, que contribuem para a estigmatização e marginalização das transidentidades. Contrariamente a essas perspectivas, este artigo busca reconfigurar o debate por meio de uma revisão crítica da literatura, com base nas contribuições do filósofo Paul B. Preciado, destacando que a questão de gênero não se limita apenas à dimensão das identificações, mas abrange uma problemática mais ampla relacionada à violência social e à postura da psicanálise diante do contexto contemporâneo permeado por um discurso necrobiopolítico. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática sobre o tema, através da pesquisa de artigos científicos, livros e outras fontes relevantes, que foram designados para contribuir significativamente para a análise e enriquecimento do estudo. Concluimos que, o debate sobre gênero vai além das identificações individuais e toca em questões de opressão social, e a posição que a psicanálise adota em relação a esse cenário se torna crucial nesse contexto. A transexualidade é um tema ainda com poucas produções acadêmicas à luz da psicanálise, tal fato nos conduz a uma discussão atenta às dimensões éticas e críticas.

Palavras-chave: Psicanálise. Gênero. Transgeneridade. Patologização.

ABSTRACT

This study proposes a comprehensive theoretical analysis of transsexuality linked to psychoanalysis, with the aim of exploring concepts from psychoanalytic theory that allow for a broader understanding of this phenomenon, going beyond the pathological perspective. In the course of the study, the classic definitions and current perspectives on the subject will be presented. This study discusses the clinical and theoretical approaches that place transsexuality in the realm of

¹Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real.

² Professor orientador do Trabalho de Conclusão do curso. Psicólogo. Pedagogo. Mestre em Filosofia.

pathology, supported by conceptions from the field of mental health, especially psychoanalysis, which contribute to the stigmatization and marginalization of transidentities. Contrary to these perspectives, this article seeks to reconfigure the debate through a critical review of the literature, based on the contributions of philosopher Paul B. Preciado. Preciado, emphasizing that the gender issue is not limited to the dimension of identifications, but encompasses a broader problem related to social violence and the stance of psychoanalysis in the contemporary context permeated by a necrobiopolitical discourse. To do this, we carried out a systematic bibliographical review of the subject, searching for scientific articles, books and other relevant sources, which were used to describe the subject in question and which could enrich the discussion. We concluded that the debate on gender goes beyond individual identifications and touches on issues of social oppression, and the position that psychoanalysis adopts in relation to this scenario becomes crucial in this context. Transsexuality is a topic that still has little academic production in the light of psychoanalysis, and this fact leads us to a discussion that is attentive to the ethical and critical dimensions.

Keywords: Psychoanalysis. Gender. Transgenderism. Pathologization.

INTRODUÇÃO

A despatologização das questões transidentitárias é tema de pouco estudo e assunto no campo da saúde mental, sobretudo na psicanálise, prova disso são os poucos estudos encontrados atualmente referente a percepção da psicanálise frente à transexualidade. Ainda assim, é possível historicamente ter uma compreensão psicanalítica das questões transidentitárias, compreensão essa tomada por diversas vezes por uma visão patologizante. Ao longo do percurso histórico, as noções concernentes a gênero e sexualidade sofreram influências de normas religiosas, culturais e sociais, colaborando para marginalização e discriminação das identidades trans.

No entanto, alguns teóricos contemporâneos, como Paul B. Preciado, Judith Butler e Berenice Bento, trazem luz a uma nova forma de repensar a transgeneridade frente à psicanálise. Tais autores discorrem seus questionamentos por meio de uma abordagem crítica quanto à visão patologizante do campo da saúde mental, destacando a necessidade de propor uma perspectiva política e ética que desafie as estruturas de poder que moldam e controlam corpos e identidades.

No decorrer deste estudo, será possível explorar as diferentes perspectivas teóricas, e as contribuições para a despatologização das questões transidentitárias através de escritos de autores pioneiros da psicanálise como Freud, Lacan e Stoller, e autores contemporâneos no âmbito da psicanálise. Ainda se faz necessário discorrer acerca da despatologização da transexualidade no campo da psicanálise,

tal fato é indicativo de que psicanalistas ainda se utilizam de argumentos falhos para mascarar a transfobia em ditos ultrapassados e erroneamente interpretados, compreendendo gênero através de somente uma dualidade, e para além disso, limitando a compreensão da psicanálise acerca da temática.

A psicanálise abarca um campo teórico e clínico, e deve proporcionar um espaço de escuta e compreensão, de forma ética. Sendo assim, a despatologização das questões transidentitárias no contexto psicanalítico contribui para uma reflexão crítica sobre ditos psicanalíticos do século XIX e XX, repensando as normas estabelecidas e favorecendo a desconstrução de um campo outrora patologizante, avançando em direção a uma abordagem emancipatória que é ética e respeita a diversidade de identidades de gênero.

O presente estudo partiu do seguinte problema de pesquisa: em que medida a psicanálise pode contribuir para transformações sociais concretas frente ao entendimento da transexualidade em sua literatura? A partir disso, foi possível estabelecer dois tipos de discussões: (1) As teorizações psicanalíticas acerca da constituição psíquica das transidentidades. (2) E reconhecer que gênero não atravessa apenas o imaginário, mas que também faz parte de uma discussão mais ampla referente a uma violência social de corpos trans que está intimamente ligada ao registro simbólico, visto que atravessa seu lugar no mundo.

Compreender o papel da psicanálise nesse contexto é de suma importância para continuar investigando como a teoria tem influenciado a concepção da transexualidade, a fim de esmiuçar e identificar formas de vivenciar visões não patologizantes, colaborando no desenvolvimento de abordagens que tenham por objetivos promover a autenticidade das identidades de gênero - sobretudo das vivências trans - e desconstrução das normas binárias de gênero.

METODOLOGIA

O presente estudo adotou uma metodologia qualitativa, de natureza bibliográfica sistemática. A pesquisa foi conduzida por meio da seleção criteriosa de artigos científicos, livros e outras fontes relevantes, designados para a descrição do tema em questão, a despatologização da transexualidade no contexto psicanalítico. O processo de coleta de dados envolveu a busca em bases de dados especializadas, como Scielo e através do Google acadêmico, utilizando palavras-

chave relevantes, como "despatologização da transexualidade", "psicanálise" e "identidade de gênero".

O levantamento de dados partiu desses três princípios: (1) pesquisa dos trabalhos com a utilização dos descritores "transexualidade" e "psicanálise". (2) leitura prévia dos resumos, títulos e palavras-chave; (3) leitura completa dos textos selecionados para o estudo. Durante as pesquisas, foram encontrados diversos artigos científicos e livros que colaboraram para a formação do estudo, todavia, foram selecionados criteriosamente 9 estudos para a realização deste trabalho, sendo 5 artigos científicos que tiveram como critério os princípios mencionados acima, 2 livros do filósofo Paul B. Preciado: *Eu sou o monstro que vos fala* (2022) e *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica* (2008); e 2 livros da filósofa Judith Butler: *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* (2003) e *Desdiagnosticando o gênero* (2009); e um texto da autora Berenice Bento: *Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?* (2018)

Após a escolha dos estudos, foi realizada uma análise crítica e interpretativa do conteúdo, buscando identificar historicamente na psicanálise as noções de gênero e as concepções patologizantes da transexualidade na psicanálise, bem como as não patologizantes também, e as contribuições de autores psicanalíticos contemporâneos como Paul B. Preciado e Judith Butler para a despatologização das questões trans-identitárias. Partindo desse ponto, foi realizada uma análise para identificar avanços teóricos e clínicos concernentes a compreensão de gênero em psicanálise. O estudo foi realizado com posicionamento crítico e ético durante o processo. Espera-se que a metodologia apresentada promova uma compreensão aprofundada e contextualizada acerca da temática, de forma que conceitos sejam entendidos ou dúvidas sejam respondidas durante o estudo.

DESENVOLVIMENTO

A transexualidade é um tema contemporâneo que desafia as normas e concepções tradicionais sobre identidade de gênero. No entanto, para compreender plenamente a importância da despatologização da transexualidade no contexto psicanalítico, é necessário considerar o histórico social e cultural que influenciou a construção dessas concepções. Neste sentido, é fundamental compreender primeiramente como se instituiu o conceito de gênero historicamente na psicanálise, para então compreender o processo que levou a patologização da transexualidade,

bem como também o processo atualmente de despatologização através dos discursos de psicanalistas contemporâneos.

Primeiramente, Robert Stoller (1924-1991), um psicanalista, psiquiatra e professor, o qual dedicou-se grande parte de suas pesquisas ao tema da sexualidade, em suas teorizações sobre o tema, referenciava seus estudos através da perspectiva Freudiana sob o prisma das relações de objeto. Segundo Stoller (1982) a sexualidade humana não se dá pela condição e/ou imperativos biológicos, ela é uma construção baseada na história das relações objetais do sujeito. É Stoller (1968) que se apropria da palavra “*gender*” (gênero), ainda que a palavra gênero já existisse na época, a mesma era retratada como gênero de algo, gênero literário ou musical, por exemplo. Stoller importa a palavra “*gender*” justamente para salientar os fatores psicológicos e ambientais que são constituintes da masculinidade e da feminilidade.

A experiência transexual (1982), foi marco da discussão sobre o que são gêneros, e de como os gêneros não são decorrências biológicas. O foco principal de pesquisa do Stoller (1982) não era a patologização de sujeitos transexuais, mas compreender a seguinte questão: "o que me permite que eu me afirme como homem ou mulher?", a partir disso, Stoller forja uma expressão chamada “núcleo de identidade de gênero” em que estudou ao longo de sua vida inteira. Tal conceito foi posteriormente criticado por Lacan (1970-1971) no *Seminário 18 d'un discours qui ne serait pas du semblant*. e por Judith Butler em *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* (2003). Para Butler (2003), não existe um núcleo constituinte, não existe uma substância, gênero só existiria como atuado, não existe uma origem.

Contrapondo Freud (1974), Stoller (1968) acreditava que o fundamental seria o que se passava no período pré-edípico. A partir disso, ele decidiu estudar o núcleo da identidade sexual na transexualidade. Para Stoller a feminilidade é primária, fruto de uma simbiose entre mãe e filho porque ele acreditava que não houve uma intervenção do pai da realidade, mãe e filho se mantiveram no laço fusional (simbiótico), a mãe transmitiu a feminilidade para o menino, não houve rompimento, e sem conflito o menino assumiu a feminilidade, ou seja, o seu núcleo de gênero é feminino.

Descobriu-se que alguns meninos, em virtude de uma singularidade no modo como são criados, são notavelmente femininos desde os primeiros dias de vida. Eles passaram um tempo excessivo numa intimidade intensa,

paradisíaca, com suas mães; e que as mães que têm maior propensão para criar essa proximidade com seus filhos, tendem a se casar com homens distantes e passivos. (...) Por outro lado, descobriu-se que os meninos que têm um relacionamento próximo com o pai, não têm mães como essas, e que esses meninos são masculinos. (Stoller, 2015, p. 80)

Para Stoller(1975/1982) o “transexualismo” (termo usado anteriormente, em que deixou de ser usado devido ao sufixo “ismo” que indica uma patologia, e foi substituído pelo termo atual: “transexualidade”) é uma não coerência entre sexo e gênero, é uma ilusão construída por uma vivência patológica. Lacan (1970-1971) se opõe aos discursos de Stoller, para ele todos os sujeitos cometem o erro comum de confundir o órgão com o gozo sexual. E para o sujeito transexual, ocorre da mesma forma, mas nesse sentido, na ânsia de não ser designado pela significação fálica, ele o extrapola (ou leva o erro a sério demais) e acha que, se livrando do órgão, se livrará de “ser significado como falo pelo discurso sexual, o qual, como anúncio, é impossível. Existe apenas um erro, que é querer forçar pela cirurgia o discurso sexual, que, na medida em que é impossível, é a passagem do real” (LACAN, 1970-1971/2009, p. 30).

Lacan (1972-1973) em o *Seminário, livro 20, Mais Ainda* discorre acerca das fórmulas quânticas da sexuação, podemos perceber que o psicanalista teoriza a partilha dos sexos através das concepções de gozo, em que para Lacan, o sujeito é “forçado” a se posicionar para alguma das bipartições. Lacan compreende que o discurso sexual, pela cirurgia, é a passagem para o real. É diante algumas dessas falas que diversos autores (até mesmo contemporâneos) se utilizam de uma denúncia para a patologização da transexualidade, compreendendo a transexualidade como psicose.

No entanto, para Gherovici (2018) nem toda clínica lacaniana possui um olhar para a transexualidade como psicose. Segundo Gherovici (2018), Lacan não estaria preocupado com uma posição moralista, mas sim orientado por uma ética da diferença sexual que levaria em conta o gozo, ou seja, não se trataria de uma clínica patologizante da transexualidade. Podemos compreender a partir das teorizações de Lacan acerca da fórmula da sexuação que a diferença sexual está ligada a lei fálica, a sexuação é construída através da linguagem, ou seja, “é pela linguagem que nos inserimos na partilha sexual como homem ou como mulher e não pela anatomia” (Miranda, 2015, p. 52-53).

Neste sentido, a sexualidade humana não é definida a partir de uma visão patologizante, que busca enquadrar as pessoas em categorias médicas ou psicológicas. Pelo contrário, a sexualidade humana tem bases nas relações objetivas do sujeito, ou seja, nas relações que ele estabelece com outras pessoas e com o mundo ao seu redor. Dessa forma, é importante que as discussões sobre sexualidade considerem as dimensões socioculturais, históricas e subjetivas envolvidas na construção das identidades sexuais e de gênero.

A noção de gênero tem sua entrada na psicanálise por um viés psicopatológico, ou seja, historicamente, a transexualidade era vista como uma problemática desviante e patológica da identidade sexual, como afirmava Stoller. Essa visão psicopatologizante da transexualidade ainda persiste na sociedade, no campo da medicina, da psiquiatria e até mesmo da Psicologia. Embora a transexualidade tenha sido reclassificada pela Organização Mundial de Saúde em 2018, anteriormente na OMS (1993) nomeava-se como “incongruência de gênero”, ou seja, um “desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio” (CFM, 2002), e deixou de ser considerada um transtorno mental em 2018, a mesma ainda é classificada como “disforia de gênero” no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) da Associação Americana de Psiquiatria (APA), onde não há muitas diferenças referentes a versões anteriores.

Na terceira edição do (DSM) publicada em fevereiro de 1980, a transexualidade foi incluída como uma categoria psiquiátrica sob o nome de Transtorno de Identidade de Gênero (TIG). A quarta edição (DSM-IV-TR) de 1994, apesar de algumas modificações, afirmava que é necessário que quatro critérios fossem seguidos para que o sujeito venha a se enquadrar com o transtorno em questão. O primeiro critério a ser seguido para o DSM-IV (2002), declarava que era necessário que o indivíduo indicasse uma grande e latente vontade e identificação de ser ou desejar ser do gênero oposto. O indivíduo também “não deve refletir mero desejo de quaisquer vantagens culturais percebidas por ser do outro sexo” (DSM-IV, 2002, p. 547). Segundo o DSM-IV (2002), se o indivíduo fosse intersexual, não poderia ser realizado o diagnóstico. E o último critério menciona que é necessário que haja “evidências de sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, ou ocupacional, ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo” (DSM-IV, 2002, p. 548).

Atualmente o DSM está em sua quinta versão, sendo o DSM-V, que entrou em vigor no ano de 2013. Na atual versão, o Transtorno de Identidade de Gênero deixou de existir, e passou a ser nomeada como “disforia de gênero”, o que não deixa de ser patologizante, já que os critérios de diagnóstico praticamente não se diferem da versão anterior. Embora mudanças na terminologia estejam presentes, algumas preocupações persistentes permanecem em relação à forma como a identidade de gênero é abordada no DSM. Preocupações essas como: a patologização propriamente dita; estigmatização e discriminação (uma vez que categorizar as transidentidades como transtorno pode perpetuar estereótipos e preconceitos); e reforços das normas de gênero estabelecidas socialmente.

No cenário médico ainda é comum relacionar sujeitos transexuais como portadores de algum transtorno de identidade. Ainda há aqueles no campo da medicina e da psiquiatria que compreendem o sexo atribuído ao nascimento como um modelo que deveria determinar a identidade daquele indivíduo. Toda e qualquer coisa que foge à “norma” médica é entendida por transtorno, e tratam de adaptar esse corpo através da passagem pela cirurgia, se o decidirem. Como afirma Sampaio e Coelho:

[...] parece que a gente só pode ser reconhecido, só pode existir a partir da decisão de um outro. Eu só posso ter o direito a ser eu, se o outro disser o que eu sou, se o outro me classificar como “transexual verdadeiro” ou não, isso pra mim é um desrespeito à inteligência das pessoas, e um desrespeito aos direitos humanos (SAMPAIO E COELHO, 2012a, p. 644).

Segundo Bento (2017), “o diagnóstico de transexualidade é realizado a partir de uma exaustiva avaliação, que inclui um histórico completo do caso, testes psicológicos e sessões de terapia” (p. 44). Como menciona Cassana (2018):

Não basta que esse sujeito mostre desconforto com a sua sexualidade. É preciso que o outro o nomeie, permita-o, designe-o. Esse outro é, em um primeiro momento, materializado no saber médico- científico, por meio dos diagnósticos, das declarações do CID (Código Internacional de Doenças). (Cassana, 2018, p. 25)

Dessa forma, o modo como as pessoas trans são avaliadas em relação à sua identidade de gênero pode depender, em parte, de julgamentos ou opiniões subjetivas dos profissionais de saúde mental, ou médicos envolvidos no processo. Para Cassana (2018), a ideia de um “transexual verdadeiro” implica que apenas algumas pessoas transgêneros são consideradas autênticas em suas identidades de gênero, enquanto outras podem não ser vistas da mesma forma.

Butler em seu texto “Desdiagnosticando o gênero” (2009) discorre que compreende importância do diagnóstico para validar e reconhecer as afirmações das identidades de gênero, todavia também é fundamental questionar e se opor aos diagnósticos patologizantes. Neste sentido, ao rotular as transidentidades com diagnósticos médicos, a sociedade continua a perpetuar a ideia de que a dissidência de gênero é uma forma de doença mental. Isso significa que, mesmo quando se busca legitimar a transição de gênero através do diagnóstico, a pessoa transgênero ainda é vista como alguém que possui uma "anomalia" ou "desvio" de sua identidade de gênero, contribuindo para a marginalização e estigmatização das subjetividades trans.

A medicina sempre ocupou um lugar um de poder sobre o saber, e é desse lugar discursivo que as transidentidades emergem. Para Foucault (1974/2010), o campo da medicina e do político estão correlacionados, visto que a medicina é uma prática social, ou seja, o corpo é uma realidade biopolítica, como menciona o filósofo:

De fato, não se deve pensar que a medicina permaneceu, até nossa época, como atividade de tipo individual, contratual, entre o doente e seu médico, e que só recentemente essa atividade individualista da medicina se defrontou com tarefas sociais. Procurarei demonstrar, pelo contrário, que a medicina é, pelo menos desde o século XVIII, uma atividade social. Em certo sentido, a “medicina social” não existe, porque toda a medicina já é social. A medicina foi sempre uma prática social e o que não existe é a medicina “não-social”, a medicina individualista, clínica, do colóquio singular, apenas um mito mediante o qual se defendeu e justificou certa forma de prática social da medicina: o exercício privado da profissão. (Foucault, 1974/2010, p. 172)

Nomear a experiência de uma pessoa trans como uma doença pode ser uma maneira de exercer controle sobre sua identidade e experiência, reforçando o discurso necrobiopolítico. A necrobiopolítica proposta por Bento em seu texto “Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?” (2018), faz parte de uma perspectiva entre a "biopolítica" (conceito de Michel Foucault que trata do poder de "fazer viver", de promover o bem-estar) e "necropolítica" (conceito de Achille Mbembe que lida com o poder de ditar quem pode viver ou quem deve morrer). Para a autora, esses dois conceitos separados não são suficientes para compreender as complexas dinâmicas de poder que ocorrem no Brasil, dando ênfase em um novo conceito chamado de “necrobiopoder”.

Sendo assim, esses dois conceitos operam em conjunto no contexto brasileiro. Isso significa que o Estado pode simultaneamente realizar ações que

promovem a morte ou o desaparecimento de certas populações enquanto implementa políticas de cuidado da vida para outros grupos. Essa perspectiva busca destacar a interconexão entre a violência e o cuidado dentro do aparato estatal brasileiro, enfatizando como essas dinâmicas coexistem e se entrelaçam em contextos sociais e políticos complexos. Como menciona a autora:

proponho nomear de necrobiopoder um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver. (Bento, 2018, n.p.).

No contexto das identidades trans, a necrobiopolítica desempenha um papel na patologização e marginalização dessas identidades. Ela contribui para a violência e discriminação enfrentadas pelas pessoas trans, ao estabelecer normas cisnormativas que definem o que é considerado "normal" ou "aceitável" em termos de gênero. Essas normas cisnormativas são baseadas na ideia de que o gênero deve ser alinhado com o sexo atribuído ao nascimento, ignorando a diversidade de experiências e identidades de gênero.

Essa hierarquização e marginalização das identidades trans são reforçadas por práticas sociais, instituições e discursos que perpetuam a cisgeneridade como norma. Isso pode incluir a medicalização excessiva das identidades trans, a patologização de suas experiências e a imposição de barreiras legais e sociais que dificultam o acesso a direitos básicos, como o reconhecimento legal de sua identidade de gênero.

Neste sentido, a construção de uma representação estereotipada das pessoas trans como parte de um processo que visa controlar suas vidas e corpos por meio de um discurso biopolítico e necropolítico tem implicações profundas para a psicanálise. Preciado (2022), argumenta a necessidade de uma psicanálise mais politicamente engajada, que reconheça as questões sistêmicas de poder, opressão e discriminação que afetam as vidas das pessoas e busque ativamente desafiar e transformar essas estruturas em seu trabalho terapêutico. O filósofo critica a psicanálise tradicional por não abordar de maneira adequada as questões políticas e sociais relacionadas às identidades de gênero e sexualidade. Ele argumenta que a psicanálise clássica, como desenvolvida por Freud e seus seguidores, não representa uma crítica eficaz à epistemologia patriarcal-colonial que molda as identidades e experiências das pessoas. Como afirma o autor:

É interessante pensar a psicanálise freudiana, como teoria do aparelho psíquico e como prática clínica, que foi inventada justamente na época em que se cristalizaram as noções centrais da epistemologia das diferenças raciais e sexuais: raças evoluídas e raças primitivas, o homem e a mulher definida como anatomicamente diferentes e complementários por seu poder reprodutivo, como figuras potencialmente paternas e maternas, respectivamente, nas instituições familiares coloniais burguesas; mas também a heterossexualidade e a homossexualidade entendidas respectivamente como normais e patológicas (Preciado, 2022, p.77)

Ou seja, para o autor, a abordagem clínica deve iniciar um processo de despatriarcalização e descolonização do corpo e do aparelho psíquico das pessoas que buscam ajuda psicanalítica, de modo a enfrentar de forma mais eficaz os desafios contemporâneos relacionados à identidade de gênero e sexualidade.

Partindo do ponto do gênero enquanto dualidade, de forma binária, onde "a anatomia é o destino" (Freud, 1924/1976:222), podemos então questionar se Freud, desconsiderou em seus estudos a transgeneridade e resumiu o sujeito a sua anatomia, reforçando o discurso patológico, binário, sendo então o causador do discurso necropolítico frente às questões transidentitárias? É o próprio Freud que responde essa pergunta: "[...] aquilo que constitui a masculinidade ou a feminilidade é uma característica desconhecida que foge do alcance da anatomia" (1932-33, p. 141). Mas ainda assim, é impossível desconsiderar que a psicanálise freudiana teve como ponto da sua teorização, sobretudo clínica, a narrativa centrada na normatização da masculinidade e da feminilidade cisheteronormativa.

Preciado (2019), também propõe uma crítica à epistemologia dominante, caracterizada como uma epistemologia racional-científica da diferença sexual. Para ele, compreender a diferença sexual em termos binários, reforça o sentido da anatomia como fonte de estudo primordial. O autor compreende como uma epistemologia histórica que legitima a lógica patriarcal e heterocolonial. Epistemologia essa que para Preciado está em crise desde os anos mil novecentos e quarenta, se tornando uma epistemologia política do corpo, dado a sua crise, demonstrando que esse dito não constitui uma natureza, de forma imutável, e que deve ser reordenada.

É possível perceber que Preciado assume o papel de crítico quanto a noção de diferença sexual, de modo que ele persiste em intervir e discorrer em seus discursos psicanalíticos, como, por exemplo, quando desafiou três mil e quinhentos

psicanalistas em Paris, Preciado faz uma provação, com objetivo de mobilizar os psicanalistas reunidos no congresso da Escola da Causa Freudiana:

Nesse contexto de transição epistêmica, honoráveis membros da Escola da Causa Freudiana, vocês têm uma enorme responsabilidade. Cabe às senhoras e aos senhores decidir se querem permanecer ao lado dos discursos patriarcais e coloniais e reafirmar a universalidade da diferença sexual e da reprodução heterossexual ou entrar conosco, os mutantes e os monstros deste mundo, em um processo de crítica e de invenção de uma nova epistemologia que permita a redistribuição da soberania e o reconhecimento de outras formas de subjetividade política. (Preciado, 2022, p. 84-85)

Muitos psicanalistas e muitas vertentes da psicanálise continuam patologizando a transexualidade, isso é algo inegável. Negar tal fato reforça a tendência de que a psicanálise precisa a todo custo ser defendida de toda e qualquer crítica recebida. Essa “defesa” da psicanálise foge daquilo que Preciado discorre em suas obras, a descolonização da psicanálise, assim como menciona também Ayouch:

Sustentarei que a hibridação conceitual, teórica, mas também epistemológica do discurso analítico com outros discursos é o que garante sua dimensão psicanalítica, ou seja, de relação constante com a extimidade. Portanto, se a psicanálise pretende questionar toda identidade monolítica, ela não pode deixar de aplicar essa desconstrução a si mesma. (Ayouch, 2019, p. 25)

Ayouch e Preciado apresentam novas perspectivas que desafiam as estruturas de poder que sustentam a psicanálise, e abrem um convite para uma aliança com os mutantes que desafiam as normas de inteligibilidade da epistemologia da diferença sexual. Para os autores, é essencial considerar as vivências das pessoas trans a partir de suas próprias narrativas e experiências, em vez de enquadrá-las em modelos binários e normativos. Portanto, a psicanálise do século XXI deve enfrentar esses desafios e considerar as dimensões sociais e políticas das experiências de transidentidade, a fim de ser relevante e eficaz em seu trabalho clínico e teórico.

CONCLUSÕES

Dialogar de forma ampla sobre a despatologização da transexualidade, ocupa um lugar de necessidade de escuta do fenômeno transexual na clínica psicanalítica. Ao percorrer brevemente o percurso teórico, mas de certa forma elucidativo, foi possível compreender as teorizações a respeito da transexualidade e as interfaces entre transexualidade. Foi possível trazer alguns questionamentos a respeito do

campo clínico e social, questionamentos que refletem os diversos entendimentos acerca do desenvolvimento da psicosexualidade.

Ao longo do trabalho, algumas perguntas ainda se fizeram presentes, mas compreender os diferentes entendimentos da transexualidade no campo da clínica psicanalítica, fez possível o alcance do objetivo. Ao longo da compreensão epistemológica do tema, foi possível perceber diversas maneiras de pensar e viver a transexualidade, todavia, as principais preocupações de pesquisas atuais deveriam ser voltadas para a ética. A não conclusão de pesquisas no âmbito propõe mudanças acompanhadas de ações coletivas e profissionais.

Autores contemporâneos, como Paul B. Preciado e Judith Butler, desafiam a noção de que a transexualidade não é uma patologia, enfatizando que é fundamental reconhecer a transexualidade como uma expressão legítima da diversidade humana. As obras provocativas de Preciado, bem como “eu sou o monstro que vos fala” reafirma a importância de repensar as concepções normativas binárias de gênero e sexualidade, e abrem possibilidade de reconhecimento das autonomias trans identitárias.

O caminho de despatologização da transexualidade no discurso psicanalítico favorece uma compreensão mais inclusiva e respeitosa da diversidade de identidades de gênero. Autores pioneiros da psicanálise como Freud, Lacan e Stoller também fazem parte dessa transformação, no que tange os primeiros escritos referente a gênero e sexualidade, como a exploração acerca dessas concepções tão complexas da sexualidade humana, que é subjetiva. Tais autores também em larga medida colaboram para essa possível desconstrução das categorias de gênero, mas é necessário que o olhar crítico e ético do psicanalista esteja em prol não somente de uma defesa de abordagem, mas de revolução, uma revolução acolhedora, humana, de justiça social, de acordo com os direitos humanos, que valorize as experiências subjetivas de cada sujeito, que luta contra o estigma, a patologia, as mortes diárias e a discriminação.

Se formos falar de concepções patologizantes relacionadas à transgeneridade, então falaremos acerca da prevalência de depressão em pacientes transexuais, não pela não identificação com o corpo, mas pela imposição da sociedade referente ao sexo atribuído ao nascimento, por não condizer com as expectativas da sociedade vinculada aos padrões aceitos, colocando esses pacientes em risco de desenvolvimentos de transtornos, daquilo que é então

patológico, ou seja, do sofrimento psíquico causado pela violência. Isso abre possibilidade para o patológico, suas identidades não.

A variedade teórica é essencial para repensarmos formas de gerar menos sofrimento psíquico a comunidade LGBTQIA+, sobretudo sujeitos trans, todavia a psicanálise contemporânea necessita de maiores estudos, é importante refletir que se o sofrimento psíquico é ocupar um lugar (corpo) que não cabe ao sujeito, e profissionais da saúde concebe tal fato como patologia, então existe sim uma afirmação de estigma, discriminação e outro distanciamento que procura uma universalização de gênero e sexo – uma repetida violência com a comunidade.

É de suma importância que psicanalistas e outros profissionais que atuam no campo da saúde mental busquem uma formação atualizada, contínua e que seja sensível à diversidade de identidades de gênero. É por meio da interdisciplinaridade, da criticidade quanto às normas estabelecidas, da valorização da subjetividade de cada indivíduo que será possível avançar em direção ao respeito e a justiça social para todo e qualquer humano. A psicanálise deveria permanecer como um espaço de controle ético e um discurso universalizante que não promova preconceitos, mesmo quando pressionada em nome do campo médico-psiquiátrico ou do “bem-estar” social.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-IV-TR – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-V – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Alegre: Artmed, 1993.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-III – Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders. 3 ed. Washington, D.C: Copyright, 1980.

AYOUCH, T. (2019). **Psicanálise e hibridez**: Gênero, colonialidade, subjetivações. Calligraphie.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, n. 53, p. e185305, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/18094449_201800530005. Acesso em: 04 outubro. 2023.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. *Physis*: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 95–126, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103_73312009000100006. Acesso em: 20 de setembro. 2023.

BUTLER Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CASSANA, M. F. (2018). **Corpo (e)m discurso**: ressignificando a transexualidade (1ª ed.). Curitiba, PR: Appris.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.652, de 6 de novembro de 2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.482/97. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 232, p. 80-81, 02 dez. 2002. Seção I.

FOUCAULT, M. (2010). Crise da medicina ou crise da antimedicina. **Revista Verve**, 18-20102. (Trabalho Original Publicado em 1974). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/8646>. Acesso em: 04 de outubro. 2023.

FREUD, S. (1974). **A dissolução do complexo de Édipo**. (J. Salomão, Trad.). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XIX, pp. 215-226). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1924).

FREUD, S. **Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise** [1932-1933]. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro. Imago, 1972. v. XXII.

GHEROVICI, Patricia. **A psicanálise está preparada para a mudança de sexo?** 2018, vol.10, n.2, pp. 130-139. ISSN 2176-4891.

Lacan, J. (1985). **O Seminário, livro 20**: mais ainda (2ª edição revista). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Lições originalmente pronunciadas em 1972-1973)

LACAN, J. **O seminário, livro 18**: de um discurso que não fosse semblante (1970-1971). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MIRANDA, E. R. (2015). Transexualidade e sexuação: O que pode a psicanálise. **Trivium: Estudos Interdisciplinares**, 7(1), 52-60. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912015000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 de setembro. 2023. <http://dx.doi.org/10.18370/2176-4891.2015v1p52>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.

PRECIADO, P. B. (2019). Ser "trans" é cruzar uma fronteira política. **El país**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/09/cultura/1554804743_132497.html. Acesso em:

PRECIADO, P. B. (2022). **Eu sou o monstro que vos fala** (Trad. Carla Rodrigues). Zahar

SAMPAIO, L.L.P.; COELHO, M.T.A.D. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. **Interface (Botucatu)** v.16, n.42, p. 637-649, 2012a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012000300005>. Acesso em: 27 de setembro. 2023

STOLLER, R. (2015). **Perversão, A forma erótica do ódio**, São Paulo: Hedra.

STOLLER, R. J. **A experiência transexual**. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

STOLLER, R. J. **Sex and gender: the development of masculinity and femininity**.(1968). Londres: Karnac Books, 1984.z